



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

**Informação nº: 88/2023 – Segem/Digem2**

Brasília (DF), 27 de julho de 2023.

**Processo nº:** 1.669/2019

**Jurisdicionada:** Departamento de Trânsito do Distrito Federal – DETRAN/DF  
Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal – DER/DF

**Assunto:** Auditoria Integrada

**Ementa:** Auditoria Integrada. Contratos de prestação de serviços de manutenção do sistema de controle semafórico do Distrito Federal firmados pelo Departamento de Trânsito do Distrito Federal – DETRAN/DF e pelo Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal – DER/DF vigentes no exercício de 2018. **Nesta fase:** Análise do cumprimento de deliberações plenárias. **Proposições:** Atendimento parcial. Nova determinação.

Senhor Diretor,

Tratam os autos da auditoria integrada realizada no Departamento de Trânsito do Distrito Federal – DETRAN/DF e no Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal – DER/DF, tendo como objeto a avaliação da conformidade da execução dos contratos de prestação de serviços de manutenção do sistema de controle semafórico do Distrito Federal vigentes no exercício de 2018.

## **I - Antecedentes**

2. Após examinar o Relatório Final de Auditoria (peça 41), o Tribunal, por meio da **Decisão nº 4.062/2021** (peça 49), resolveu:

*I. tomar conhecimento: a) do Ofício n.º 115/2020-DER-DF/DG/ASSESP (e-DOC B26255D7-c), bem como dos seus respectivos anexos (peças 26/30), encaminhados pelo Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal – DER/DF; b) do documento de eDOC 502353EC-c, remetido pelo Departamento de Trânsito do Distrito Federal – Detran/DF; c) do Relatório Final de Auditoria (e-DOC 4ECB25C4-e); d) dos demais documentos juntados aos autos; II. determinar: a) ao Detran/DF e à Secretaria de Estado*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE  
SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

**de Segurança Pública do Distrito Federal – SSP/DF, considerando o disposto no Decreto Distrital n.º 39.816/2019, que adotem medidas tempestivas para que a contratação de serviços de manutenção semafórica seja precedida de licitação regular (Achado 1); b) ao Detran/DF que promova mensalmente a avaliação do nível de serviços referente aos contratos de manutenção semafórica, juntando aos processos de pagamento as respectivas memórias de cálculo (Achado 3); c) ao DER/DF que: i. revise a metodologia utilizada na projeção e na métrica de pagamento dos custos com a aquisição de insumos, peças e demais materiais de manutenção, aplicando-as em prorrogações e em contratações futuras, avaliando, por exemplo, a sistemática de pagamento pelo consumo real, de acordo com o tipo e o quantitativo de material utilizado nos serviços de manutenção (outros achados); ii. doravante, estabeleça nas contratações em comento prazo para que a contratada conclua os reparos necessários ao pleno funcionamento dos equipamentos; III. autorizar: a) o envio de cópia do Relatório Final de Auditoria, do relatório/voto do relator e desta decisão ao Detran/DF, ao DER/DF, à SSP/DF e à empresa Sitran Comércio e Indústria de Eletrônica Ltda.; b) o retorno dos autos à Seasp/TCDF, para a adoção das providências devidas. (destacou-se)**

3. Esta Casa, ao analisar o cumprimento das diligências constantes da mencionada deliberação plenária, proferiu a **Decisão nº 3.314/2022** (peça 65), *ipsis litteris*:

**I – tomar conhecimento: a) do Ofício nº 8.888/2021-DETRAN/DG/PROJUR e dos seus anexos (e-DOC BF1DEFD3-e), encaminhados pelo Departamento de Trânsito do Distrito Federal – Detran/DF; b) da Informação nº 54/2022-DIASP1 (e-DOC 9032FF61-e); c) do Parecer nº 700/2022-G3P (e-DOC 7D398764-e); II – considerar, em relação à Decisão nº 4.062/2021: a) satisfatoriamente cumprido o item II.a; b) não atendidos os itens II.b e II.c; III – reiterar: a) ao Detran/DF o disposto no item II.b da Decisão nº 4.062/2021, devendo a Autarquia encaminhar à Corte documentação comprobatória do cumprimento da diligência, no prazo de 30 (trinta) dias; b) ao Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal – DER/DF o item II.c da Decisão nº 4.062/2021, cabendo à jurisdicionada demonstrar o atendimento das determinações no prazo de 30 (trinta) dias; IV – alertar o Diretor-Geral do DER/DF quanto à possibilidade de aplicação de multa ao responsável no caso de reincidência no descumprimento da decisão plenária, nos termos do art. 57, incisos IV e VII, da LO/TCDF; V – autorizar: a) o envio de cópia do relatório/voto do Relator e desta decisão ao Detran/DF e ao DER/DF; b) o retorno dos autos à SEASP/TCDF, para os devidos fins. (destacou-se)**

4. Na última assentada, o TCDF deliberou, via **Decisão nº 352/2023** (peça 89):

**I – tomar conhecimento: a) do Ofício nº 56/2022-DER-DF/PRESI/GABIN/ASSESP (e-DOC 93DFFC1C-c) e dos anexos correspondentes (peças 72/81), remetidos pelo Departamento de**


**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

*Estradas de Rodagem do Distrito Federal – DER/DF; b) do Ofício n.º 7.627/2022-DETRAN/DG/PROJUR e dos documentos que o acompanham (e-DOC 7BBFFD56-e), encaminhados pelo Departamento de Trânsito do Distrito Federal – Detran/DF; c) da Informação n.º 130/2022-DIGEM1 (e-DOC AE420C08-e); d) do Parecer n.º 98/2023-G3P (e-DOC 3C563E26-e); II – considerar, em relação à Decisão n.º 4.062/2021: a) satisfatoriamente cumprido o item II.c.i; b) parcialmente cumprido o item II.b; c) não atendido o item II.c.ii; III – reiterar: a) ao Detran/DF o disposto no item II.b da Decisão n.º 4.062/2021, devendo a Autarquia, no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhar a documentação comprobatória do cumprimento da determinação, em especial os processos de pagamento com as respectivas memórias de cálculo; b) ao DER/DF o item II.c.ii da Decisão n.º 4.062/2021, cabendo à jurisdicionada apresentar evidências do atendimento da determinação, no prazo de 30 (trinta) dias; IV – autorizar: a) o envio de cópia da Informação n.º 130/2022-DIGEM1, do relatório/voto do Relator e desta decisão ao Detran/DF e ao DER/DF; b) o retorno dos autos à Segem/TCDF, para as providências cabíveis. (destacou-se)*

5. Os documentos encaminhados em virtude da Decisão n.º 352/2023 constam do quadro a seguir.

Jurisdicionado	Item da Decisão nº 352/2023	Documentação
Detran/DF	Item “III.a”, reiterou o item “II.b” da Decisão nº 4.062/2021	Ofício Nº 2.668/2023 - DETRAN/DG/PROJUR (págs. 727/728 da peça 111) e documentos anexos (pág. 1/726 da peça 111 e peça 110) <sup>1</sup>
DER/DF	Item “III.b”, reiterou o item “II.c.ii” da Decisão nº 4.062/2021	Ofício nº 64/2023 - DER-DF/PRESI/GABIN/ASSESP (peça 104) e documentos anexos (peças 95/103)

## II - Objetivos desta Informação

6. Esta informação analisará, preliminarmente, o cumprimento das diligências reiteradas pela Decisão n.º 352/2023. Elaborar-se-ão, por fim, as conclusões e as sugestões.

## III - Item “II.b” da Decisão nº 4.062/2021, reiterado pelo item III.a da Decisão nº 352/2023

7. O Tribunal, no item “II.b” da Decisão nº 4.062/2021, determinou ao **Detran/DF** que promovesse, mensalmente, a avaliação do nível de serviços referente

<sup>1</sup> O Ofício nº 2.668/2023 - DETRAN/DG/PROJUR com a respectiva documentação anexa foi enviado posteriormente à prorrogação de prazo concedida pelo Despacho Singular n.º 162/2023 – GCIM (peça 107).



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE  
SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

aos contratos de manutenção semafórica, juntando aos processos de pagamento as respectivas memórias de cálculo.

8. Na Informação n.º 130/2022-DIGEM1 (peça 82), a unidade técnica, ao examinar a documentação apresentada pelo Jurisdicionado em obediência ao item II.b da Decisão n.º 4.062/2021, relatou que o Detran/DF havia apenas informado *“sobre a verificação dos serviços de manutenção semafórica executados por meio do Contrato n.º 13/2022, destacando a realização de glosas quanto aos semáforos desativados; às reincidências de falhas dos equipamentos; e à extrapolação do tempo para atendimento de ocorrências”*, não apresentando a Autarquia, contudo, a documentação comprobatória que sustentasse sua afirmação.

9. O TCDF, devido às informações incompletas prestadas pelo Departamento de Trânsito, resolveu reiterar o item “II.b” da Decisão n.º 4.062/2021, ressaltando que o Jurisdicionado deveria encaminhar *“a documentação comprobatória do cumprimento da determinação, em especial os processos de pagamento com as respectivas memórias de cálculo”*.

10. Do Ofício n.º 2.668/2023 - DETRAN/DG/PROJUR (págs. 727/728, peça 111) com os respectivos documentos anexos (pág. 1/726, peça 111 e peça 110), observa-se que a Autarquia, em obediência ao item “III.a” da Decisão n.º 352/2023, remeteu os Relatórios de Glosas relacionados ao Contrato n.º 013/2020, celebrado entre o Detran/DF e a empresa Sitran, cujo objeto envolve a prestação do serviço de manutenção continuada (prevenção e correção) do parque semafórico urbano do Distrito Federal.

11. No entanto, o jurisdicionado não encaminhou as faturas, as ordens bancárias, atestos, notas de lançamentos e outros documentos relativos às medições do Contrato n.º 013/2020 no período entre 10/09/2020 e 9/03/2023. Somente com tais documentos será possível avaliar o efetivo cumprimento da diligência constante do item “II.b” da Decisão n.º 4.062/2021, reiterado pelo item “III.a” da Decisão n.º 352/2023.

12. Ante o atendimento parcial da deliberação plenária, entende-se deva ser dirigida determinação específica ao Detran/DF que encaminhe as faturas, as ordens bancárias, atestos, notas de lançamentos e outros documentos relativos às medições do Contrato n.º 013/2020 no período entre 10/09/2020 e 9/03/2023, com as respectivas memórias de cálculo, de forma a comprovar o pleno atendimento ao item “II.b” da Decisão n.º 4.062/2021, reiterado pelo item “III.a” da Decisão n.º 352/2023.

#### **IV - Item “II.c.ii” da Decisão n.º 4.062/2021, reiterado pelo item “III.b” da Decisão n.º 352/2023**

13. Esta Casa, por intermédio item “II.c.ii” da Decisão n.º 4.062/2021, ordenou ao DER/DF que estabelecesse, doravante, nas contratações de serviços de



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

manutenção semafórica, prazo para que a contratada conclua os reparos necessários ao pleno funcionamento dos equipamentos.

14. Dada a falta de fornecimento de informações por parte do Departamento de Estradas de Rodagem, a diligência em destaque foi reiterada mediante o item “III.b” da Decisão nº 352/2023.

15. Nesta ocasião, o DER/DF, sem apresentar qualquer documentação comprobatória, informa (Ofício nº 64/2023 - DER-DF/PRESI/GABIN/ASSESP – peça 104):

*“O prazo para a contratada concluir os reparos necessários ao pleno funcionamento dos equipamentos foi estabelecido no Acordo de Nível de Serviço, item 7, documento SEI 79317015. Tal procedimento foi iniciado a partir 5º Termo Aditivo ao Contrato 002/2017, quando da prorrogação do prazo de vigência do contrato (SEI 95151764) a partir de 14/02/2022”.*

16. Vê-se que não houve, também, cumprimento satisfatório da determinação. Todavia, ante a informação prestada, ao considerar parcialmente atendido, devendo ser reiterado. O Tribunal pode, então, determinar que a Autarquia envie a documentação comprobatória das informações prestadas no Ofício nº 64/2023 - DER-DF/PRESI/GABIN/ASSESP, com intuito de comprovar o atendimento da determinação prevista item “II.c.ii” da Decisão nº 4.062/2021, reiterado pelo item “III.b” da Decisão nº 352/2023.

## **V - Sugestões**

17. Ante o exposto, sugere-se ao Tribunal:

- I - tomar conhecimento:
  - a) Ofício nº 64/2023 - DER-DF/PRESI/GABIN/ASSESP (peça 104) e documentos anexos (peças 95/103);
  - b) Ofício Nº 2.668/2023 - DETRAN/DG/PROJUR (págs. 727/728 da peça 111) e documentos anexos (pág. 1/726 da peça 111 e peça 110);
  - c) desta Informação;
- II - considerar parcialmente atendidos os itens “II.b” e “II.c.ii” da Decisão nº 4.062/2021, reiterados pela Decisão nº 352/2023;
- III - determinar, para cumprimento no prazo de 30 (trinta) dias:
  - a) ao Departamento de Trânsito do Distrito Federal – Detran/DF que encaminhe, em complementação à documentação remetida mediante o Ofício Nº 2.668/2023

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

- DETRAN/DG/PROJUR, as faturas, as ordens bancárias, atestos, notas de lançamentos e outros documentos relativos às medições do Contrato nº 013/2020 no período entre 10/09/2020 e 9/03/2023, de forma a comprovar atendimento ao item “II.b” da Decisão nº 4.062/2021, reiterado pelo item “III.a” da Decisão nº 352/2023;

- b) ao Departamento de Estradas de Rodagem - DER/DF que envie a documentação comprobatória das informações prestadas no Ofício Nº 64/2023 - DER-DF/PRESI/GABIN/ASSESP, com intuito de comprovar o atendimento da determinação prevista no item “II.c.ii” da Decisão nº 4.062/2021, reiterado pelo item “III.b” da Decisão nº 352/2023;

IV - autorizar:

- a) a ciência desta Informação, do Relatório/Voto do Relator e da decisão que vier a ser proferida ao Detran/DF e ao DER/DF;
- b) o retorno dos autos à SEGEM para os devidos fins.

À consideração superior.

**Paulo Sergio Carlos de Brito**  
Auditor de Controle Externo – Mat. 476

De acordo.

À SEGEM.

**Raimundo Lustosa de Melo Filho**  
Diretor